



MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

AJUDA HUMANITÁRIA DA UNIÃO EUROPEIA EM
MOÇAMBIQUE: O CASO DO CICLONE IDAI

TRACY JAMU

OUTUBRO - 2021



MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

AJUDA HUMANITÁRIA DA UNIÃO EUROPEIA EM
MOÇAMBIQUE: O CASO DO CICLONE IDAI

TRACY JAMU

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA JOANA HELENA MARIA
FAJARDO PACHECO PEREIRA LEITE

OUTUBRO - 2021

*“O próximo grande salto evolutivo da humanidade será
a descoberta de que cooperar é melhor que competir.”*

(PIETRO UBALDI)

LISTA DE ABREVIATURAS

- ANEME — Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas
- APD — Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- BM — Banco Mundial
- BIRD — Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- CAD/DAC — Comité de Assistência ao Desenvolvimento
- CE — Comissão Europeia
- CVM — Cruz Vermelha de Moçambique
- ECHO — Comissão Europeia para a Ajuda Humanitária
- ENAMMC — Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas
- FICV — Federação Internacional da Crescente Vermelho,
- IPCC — Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
- INGD — Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastre
- OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ODS — Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
- ONGD — Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento
- ONU — Organização das Nações Unidas
- MINEC — Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
- PARPA — Plano de Ação para a Redução da Pobreza
- PIB — Produto Interno Bruto
- PD — Países Desenvolvidos
- PED — Países em Desenvolvimento
- PDRRD — Plano Diretor de Redução do Risco de Desastre
- PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- UE/EU — União Europeia
- EUA — Estados Unidos de América
- URSS — União da República Socialista Soviética
- WFP/PAM — Programa Alimentar Mundial

RESUMO

Esta dissertação analisa os mecanismos de ajuda humanitária da União Europeia e o seu papel em Moçambique, no contexto pós-desastre do ciclone Idai que decorreu na região da Beira e zonas circundantes. O meio ambiente ainda está sob ameaça, e seus impactes afetam a todos e, de forma particularmente gravosa os países em desenvolvimento. As soluções necessárias para minimizar os impactes dos desastres, são as fases do ciclo do gerenciamento de desastres. Nos últimos 20 anos, Moçambique apresenta uma tendência crescente de desastre naturais. Para analisar este estudo, usou-se a base de dados de EM-DAT (CRED). A EU é um ator global incontornável em termos de prestação de apoio humanitário.

Palavra-Chave: Ajuda humanitária; UE; Ciclone Idai; Moçambique; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the European Union's humanitarian aid mechanisms and their role in Mozambique, in the post-disaster context of the Idai cyclone that took place in the city of Beira and surrounding areas. The environment is still under threat, and its impacts affect everyone, particularly developing countries in a particularly serious way. The solutions needed to minimize the impacts of disasters are the phases of the disaster management cycle. Over the past 20 years, Mozambique has shown an increasing trend of natural disasters. To analyze this study, the EM-DAT (CRED) database was used. The EU is a main global player in terms of providing humanitarian support.

Keyword: Humanitarian aid; EU, Cyclone Idai; Mozambique; Development.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	II
ÍNDICE	III
LISTA DE FIGURAS	IV
AGRADECIMENTOS	V
1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	3
2.1. AJUDA HUMANITÁRIA	3
2.2. DESASTRES NATURAIS E DESENVOLVIMENTO	6
2.3. VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA.....	9
3. A UNIÃO EUROPEIA E O DESENVOLVIMENTO	13
3.1 OS PRINCÍPIOS E POLÍTICAS DA AJUDA HUMANITÁRIA DA UE	16
3.2. A UNIÃO EUROPEIA E O DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE: O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL.....	18
3.3. DESEMBOLSOS DA UE EM MOÇAMBIQUE	20
4. DESASTRES NATURAIS EM MOÇAMBIQUE: O CASO DO CICLONE IDAI NA CIDADE DA BEIRA E ARREDORES	22
4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	22
4.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICO DA REGIÃO AFETADA	23
4.3. AS MISSÕES HUMANITÁRIAS: DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO.....	27
4.4 OS IMPACTES DOS DESASTRES E SUA MITIGAÇÃO	28
5. CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	36
ANEXOS.....	40

LISTA DE FIGURAS

Figura I — Total APD/CAD para o setor humanitário de emergência.

Figura II — Ciclo de gerenciamento de desastres e desenvolvimento.

Figura III — Modelo de Pressão e Liberação: a progressão da vulnerabilidade.

Figura IV — Total de doações da UE em milhões de dólares.

Figura V — Dimensão do funcionamento da DG ECHO.

Figura VI — Tendência da evolução dos desastres naturais em Moçambique.

AGRADECIMENTOS

O sonho de realizar o mestrado em Portugal foi conduzido por pessoas que verdadeiramente lutaram muito para que isso fosse possível.

Agradeço:

Ao meu Pai, Joshua Jamu (em memória), palavras me faltam neste exato momento para descrever a minha gratidão.

À minha mãe Julieta Tomás Luís, “o pulmão” deste projeto que, desde sempre está a par de tudo, mesmo à distância. À minha tia, Ecineta por embarcar comigo no início desta trajetória de viagem. Aos meus irmãos Helton e Terry pelo apoio e incentivo. Ao Sérgio, agradeço pelo apoio, palavras de encorajamento e momentos de descontração.

Realmente um trabalho de mestrado é uma longa viagem, que muitas das vezes inclui trajetórias permeadas por desafios, tristezas, incertezas e alegrias. Trilhar este caminho só foi possível graças ao apoio e dedicação de várias pessoas. Dedico um agradecimento especial:

À minha orientadora, Professora Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco Pereira Leite, pela orientação exemplar pautada por um elevado e rigoroso nível científico, uma visão crítica e um empenho inextinguível, os quais contribuíram para enriquecer todas as etapas do trabalho realizado.

Ao Professor Luís Mah, por ter sido uma luz na sugestão do tema.

Ao Exmo. Sr. Pedro Manuel Crespo, Coordenador da Oikos responsável pelo apoio emergencial às vítimas do ciclone Idai na cidade da Beira e arredores. Pela sua disponibilidade e ajuda.

A todos os Professores e funcionários do ISEG.

Por fim, a todos os que me apoiaram direta e indiretamente neste projeto.

1. INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 1980, o meio ambiente tornou-se uma das principais dimensões do pensamento sobre o desenvolvimento. No passado muita atenção foi dada à economia e muita pouca ênfase foi colocada na questão do ambiente enquanto dimensão do desenvolvimento. Atualmente a ameaça ao meio ambiente é representada pela mudança climática global devido em parte à atividade humana. Os problemas ambientais tais como os desastres naturais colocam em risco milhões de vidas.

Os eventos extremos, dantes relatados com uma frequência variável em relação aos dias de hoje, estão a aumentar de forma visível e frequente (Vandana & Potter, 2008). Tal é o caso de Moçambique que, em Março de 2019, enfrentou uma destruição sem precedentes devido ao ciclone Idai. Este evento natural atingiu a província de Sofala no centro do país, principalmente a cidade da Beira e zonas circundantes, territórios marcados por fortes constrangimentos de ordem sócio económica, políticas e também geográfica, que acentuam a sua vulnerabilidade a estas emergências. O País recebeu desde então apoio da comunidade internacional, sociedade civil e organizações não governamentais.

Esta dissertação procura analisar e discutir o processo e modalidades de acesso de Moçambique à ajuda humanitária da União Europeia como resposta ao ciclone *Idai*. A análise procurará igualmente ajudar a refletir sobre o caso do ciclone *Kenneth* que, pouco tempo depois, devastou a parte norte do país, concretamente a Província de Cabo Delgado. Face a tais cenários de destruição avassaladora Moçambique foi confrontado com a necessidade de pedir ajuda à comunidade internacional como é o caso da União Europeia, maior doador a nível mundial de ajuda humanitária.

A pesquisa é orientada através do seguinte objetivo: atender aos princípios e analisar as políticas de acesso à ajuda humanitária pós-desastre e refletir sobre a celeridade da resposta e seus impactes. Esta dissertação procura ainda discutir e encontrar respostas para as seguintes questões: razões da vulnerabilidade da Província de Sofala e concretamente da Cidade da Beira; qual o papel das ONGD na canalização da ajuda, e os impactes diferenciados do desastre (centro da cidade e subúrbios).

Para cumprir os objetivos e responder a estas questões, o estudo sustenta-se numa pesquisa documental abrangente sobre a temática. O enquadramento teórico e conceptual é estabelecido a partir da literatura de referência no domínio dos *desastres, desenvolvimento e ajuda humanitária*. Para o estudo do caso foram consultados os relatórios da UE, bases de dados da EM-DAT (CRED) e OCDE, artigos publicados em revistas académicas e documentação oficial do Estado Moçambicano. Grande parte destas fontes encontram-se disponíveis online. Por último, para um melhor entendimento das dificuldades reais sentidas no terreno realizou-se uma entrevista ao Coordenador da OIKOS, Exmo. Sr. Pedro Manuel Crespo, responsável pelo apoio emergencial às vítimas do ciclone Idai na cidade da Beira e arredores.

A dissertação estrutura-se em 3 partes. Os capítulos dois e três consagram o quadro teórico conceptual estabelecido em torno dos problemas do *desenvolvimento, desastres naturais e ajuda humanitária*. Aqui, tendo em conta informação disponibilizada pela OCDE e a UE, procuraremos ainda descrever os mecanismos que presidem à transmissão a Moçambique da ajuda humanitária por parte da União Europeia. O quarto capítulo centra-se na análise da Ajuda Humanitária na região da Beira atendendo quer ao contexto sócio económico e político quer aos impactes do ciclone Idai e sua mitigação.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

2.1. AJUDA HUMANITÁRIA

Desde há muito que os princípios do humanitarismo estão enraizados na maioria das sociedades. Com efeito, a prática da caridade subjaz a grande parte das culturas e religiões. Assim se explica a intervenção dos Estados, instituições e mesmo certos grupos sociais, promotores de ações que aliviem o sofrimento humano em situações de desastres naturais ou humanas.

Na verdade, o sentimento da ajuda humanitária, caro ao pensamento iluminista, surgiu com a ascensão do capitalismo industrial no século XVIII, (Tickitin, 2014). O ideal do humanitarismo, inspirador dos movimentos filantrópicos, é fazer o bem, aliviar o sofrimento e salvar vidas de milhares de pessoas em tempos de crise ou emergência, (Tickitin, 2014; Dialla & Heraclides, 2015). Da mesma forma, a ajuda humanitária ao mobilizar os recursos recebidos de doadores contribui para o bem estar das pessoas pobres e vulneráveis, (Riddell, 2007:18).

É sabido que, no mundo ocidental, o consenso das grandes potências quanto à necessidade de *Ajuda internacional*, remonta ao momento da emergência das experiências coloniais, entre finais sec XIX e início século XX, (Kanbur, 2006:1562). Recorde-se ainda que, no século passado, as consequências devastadoras das guerras mundiais foram o principal motivo para a criação do Plano Marshall estabelecido pelos EUA em 1948, no contexto do pós-guerra e da hegemonia bipolar EUA/URSS, com objetivo de ajudar na reconstrução da Europa Ocidental. Foi também este o momento da institucionalização, no quadro da ONU, do Sistema Bretton Woods (FMI e BIRD, posteriormente BM), com intuito de assegurar a estabilização financeira internacional e o crescimento económico nos *países desenvolvidos (PD)* e nos então designados

subdesenvolvidos (PED), hoje ditos países em desenvolvimento. Assiste-se igualmente ao comprometimento dos PD num vasto programa de *cooperação internacional para o Desenvolvimento*, firmado pela OCDE.

Ainda que a questão da assistência humanitária se encontre inscrita nas agendas políticas dos países doadores, na maioria dos casos é o interesse próprio que domina a sua ação, (Ali et al, 2015). Tudo indica ser esse o princípio que norteia a ação das organizações internacionais, tais como o CAD/OCDE, a avaliar pelas críticas dirigidas à assistência humanitária principalmente para África, grande receptor deste apoio, (Riddell, 2007). Moyo, (2009:77) afirma que “*África está viciada em ajuda*”, com efeito, uma pergunta que quase todos autores questionam é se *a ajuda pública ao desenvolvimento funciona?* Por seu turno, a resposta muitas vezes dada para a questão da *ajuda humanitária* é que o mundo das ONG’s é tão obscuro e afastado da realidade como acontece com as políticas e iniciativas de redução da pobreza.

Note-se contudo que, para a OCDE, o principal fundamento para a *ajuda* residia especificamente no seu impacto no desenvolvimento e bem-estar dos países em desenvolvimento. Com esse objetivo foi assim acordada pelos membros da CAD/OCDE uma quota mínima para a APD fixada em 0,7% do seu Rendimento Nacional Bruto. De referir que alguns destes países não conseguiram cumprir o objetivo. Em 2015, no quadro dos ODS, o nível do apoio foi redefinido, ainda que subsistam hoje casos de incumprimento (OCDE, 2019:1)¹

¹ OCDE, (2019), *Official Development Assistance (ODA)*. Disponível:< <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/official-development-assistance.htm>>. Acesso em 30/03/21

No decurso do século XX o sistema humanitário internacional evoluiu em resposta aos desafios do seu tempo, marcado pelas guerras, a colonização, descolonização, e o avanço dos direitos humanos. Embora muito progresso possa ser identificado no que diz respeito à redução do risco de desastres e às necessidades de desenvolvimento sustentável, ainda há muitos desafios por resolver em muitas partes do mundo.

Tudo leva a crer que no futuro se assista a um aumento no número de casos humanitários dado o problema da mudança climática, da pressão demográfica e das crescentes desigualdades. Se atendermos ao relatório recente apresentado à ONU pelo *Painel intergovernamental para as alterações climáticas*, onde se anticipa já para 2040 um aumento de 1,5 graus na temperatura média global, não há razões para optimismos². Tal cenário é preocupante ao anunciar aumentos de períodos de seca e ondas de calor, períodos de chuva menos frequente e mais intensa e zonas costeiras ameaçadas pela subida do nível do mar. Preve-se ainda que o Oceano Índico aquecerá mais rapidamente do que a média global, com a temperatura da sua superfície a aumentar entre 1 e 2 graus nos próximos 20 anos.³ Eis o que ameaça Moçambique, dada a sua extensa faixa costeira no Índico Ocidental, e particularmente a cidade da Beira, em consequência do seu contingente posicionamento geográfico na orla marítima. Um prognóstico que se agrava tratando-se de sociedades impreparadas para lidar e resistir a este tipo de emergências extremas, tanto ao nível das populações como das economias ameaçadas, como é o caso que nos preocupa nesta dissertação.

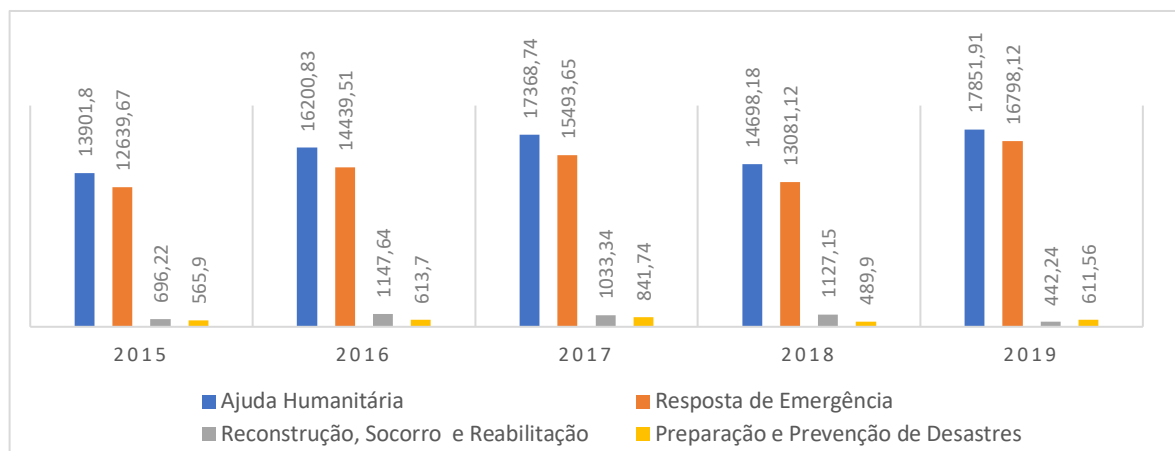
² Ver *Climate Change Report 2021*. United Nations Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), < <https://www.ipcc.ch/>> Acesso em: 20/7/2021

³ Josh, J. (2020). *Assesment of Climate Change over the Indian Region*. < <https://www.jagranjosh.com/general-knowledge/assessment-of-climate-change-over-the-indian-region-1592831229-1>> Acesso: em :20/07/2021

Assim, à medida que mais pessoas ficam vulneráveis, também os desastres tendem a aumentar (Johnson, 2004). Daí a importância da ajuda ao desenvolvimento para garantir o funcionamento desses países. (Klingebiel, 2014).

A (figura1), demonstra a tendência crescente dos apoios dos países CAD direcionados à ajuda humanitária a nível mundial, a partir de 2016, e o peso dos fundos consagrados à resposta às emergências quando comparados com os limitados apoios às ações de preparação, prevenção, bem como à reconstrução pós-desastre. Nota-se o aumento do financiamento da ajuda no ano 2019 após a quebra registada no ano anterior

FIGURA I - TOTAL APD-CAD PARA O SETOR HUMANITÁRIO/DE EMERGÊNCIA (USD MILHÕES 2015-2019).



Fonte: OCDE, elaborado pela autora.

2.2 DESASTRES NATURAIS E DESENVOLVIMENTO

A partir da década de 1990 governos e doadores dos países desenvolvidos e países em desenvolvimento, começaram a dialogar sublinhando as implicações dos desastres no desenvolvimento das regiões e países afetados. Da progressão desse entendimento resultou o reconhecimento, por meios de acordos globais, de que a redução de desastres

naturais constituía compromisso internacional, firmado no seio da ONU, quer ao nível dos Objetivos de Desenvolvimento Milénio, consagrados para 2000-2015, quer, posteriormente, 2015-2030, na agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Importa sublinhar que este consenso internacional, ainda que tributário da evolução do pensamento do Desenvolvimento desde pós 2ª grande guerra, seria particularmente marcado pelo *Paradigma do Desenvolvimento Humano*. Em 1990, com a publicação do 1º RDH (Relatório de Desenvolvimento Humano) pelo PNUD Amartya Sen e Mahbub ul Haq vêm adotada a sua conceção desenvolvimento: entendido enquanto alargamento das potencialidades e liberdades individuais (“*Tudo aquilo que as pessoas podem fazer e ser*”), e sustentado num novo indicador (Índice de Desenvolvimento Humano) que a partir de então se impõe na avaliação internacional e hierarquização dos países, paralelamente ao PIB Fukuda-Parr, (2011).

Nos últimos anos o número e a amplitude dos desastres tendem a aumentar e tudo indica que as falhas clássicas de mercado são os principais fatores de uma agravada degradação ambiental (Todaro & Smith, 2009). Note-se, contudo, que graças a esta situação se deve o aumento do interesse das ciências sociais pelos estudos dos desastres. Com efeito, a investigação centrou-se em procurar respostas quer para as causas dos desastres, sua prevenção e monitorização ao nível dos danos e perdas, bem como para as modalidades de mitigação e de recuperação (Desai & Potter 2002:300). Sublinhe-se, contudo, que a reflexão em torno dos impactes dos desastres a longo prazo viria a chamar a atenção para as incertezas quanto à natureza futura dos seus efeitos e, sobretudo, para o facto do nível de risco de desastre estar fora de controle devido às mudanças climáticas, (Andrew Collins 2009 & WMO, 2021).

É certo que o elevado consumismo humano nos países desenvolvidos assim como em países em desenvolvimento, têm implicações globais. Se olharmos para o continente Africano constata-se que há uma crescente destruição de árvores florestais que contribui para o aquecimento global por meio de efeito de estufa. No caso de Moçambique são claros os efeitos da desflorestação nas zonas costeiras, principalmente dos mangais, tal como as queimadas descontroladas. Porém, também se sabe que a maioria dos gases de efeito de estufa foram e são ainda emitidos pelos países desenvolvidos.

Ora, os impactes deste processo são amplos, afetam todos agentes e setores da economia (Relatório de desenvolvimento Humano, 2020:4). Por exemplo, em Moçambique, o ciclone Idai ao atingir a cidade da Beira e arredores, deixou situações dramáticas, causou fortes correntes que destruíram duas barragens, as do Rio Púngwé e Búzi, as águas alagaram residências e campos de cultivo, criando imensa destruição.

A literatura disponível demonstra que os desastres naturais não são apenas um problema para o desenvolvimento, mas também um problema de desenvolvimento. Ao atingirem de modo desigual as sociedades e as economias, principalmente nos países em desenvolvimento, os desastres naturais alteram e por vezes destroem os sistemas e trajetórias que sustentam a sobrevivência humana. Trata-se sobretudo de uma grande fatalidade, imprevista e muitas das vezes repetitiva. Tais emergências ao provocarem reações em cadeia retardam o desenvolvimento. As consequências destes eventos são a mortalidade, destruição de infraestruturas como por exemplo escolas, pontes, fábricas, perda de empregos e a escassez de recursos. Causam também interrupções frequentes nos processos de produção, no comércio e abastecimentos de redes nacionais e internacionais. (Collins, 2018; Desai & Potter, 2002a; Desai & Potter 2008b; Wisner et al 2004, Johnson

2004). Gravesos são ainda os impactes humanos tais como ferimentos e problemas psicológicos, perdas culturais e patrimoniais, perdas sociais e desestabilização da política ambiental, (Hallegatte et al, 2017; Johnson 2004:6).

Metade da população economicamente ativa em todo o mundo vive e depende do meio ambiente através da agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura, (Teodoro Smith 2009). Basicamente, com a perda dos seus recursos pós-desastres, as famílias mais vulneráveis, podem enfrentar um impacte como a especulação de preços relativos dos alimentos, combustíveis, transportes públicos, energia e água.

É bem conhecido que as fatalidades causadas por eventos naturais são em média mais devastadoras em países de baixa renda, ou seja, países pobres, pelo facto de estarem mais expostos a perigos naturais, mas também devido à vulnerabilidade da sua localização geográfica. Populações nestas circunstâncias são muito vulneráveis, vivem em situação económica desfavorável que os leva a habitar regiões e locais afetados por desastres naturais, devido a falta de conhecimento e informação (Desai e Potter, 2002; Wisner et al 2003; Hallegatte et al, 2017; Johnson, 2004). Utilizando o exemplo de Moçambique, é sabido que a maioria das pessoas que residem nas zonas costeiras e com a falta de condições e conhecimento, constroem suas habitações desordenadas e precárias nas zonas de mangais. Naturalmente que estas situações podem, em muitos casos, ser evitadas desde que o governo adote políticas e medidas de prevenção mais favoráveis à população.

2.3. VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA

A *vulnerabilidade* de uma população é entendida como a dificuldade das pessoas anteciparem, enfrentarem, resistirem e adaptarem-se a choques externos colocados nos seus meios de subsistência e bem-estar, (Birkmann & Wisner, 2005; Desai e Potter 2002a).

Argumenta-se ainda que, a vulnerabilidade é estar sujeito a danos ou lesões. Em causa estão as características que influenciam a capacidade de uma pessoa, ou grupo coletivo. Sabe-se ainda que há pessoas, e grupos sociais mais expostos do que os outros a tais eventos, o que depende de múltiplas variáveis, tais como as condições de vida (riqueza/ classe social), a ocupação, a etnia, o género, a idade e o estado de saúde. E é por isso que as pessoas mais vulneráveis são em regra as mais pobres e miseráveis.

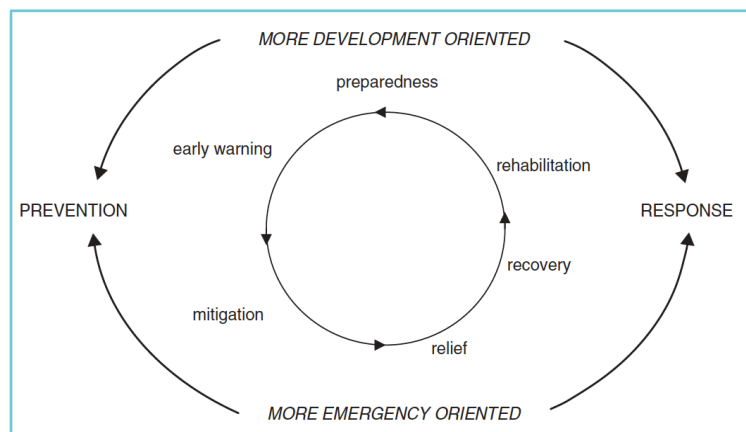
Alguns autores Blaikie et al (2005) argumentam que os determinantes principais da vulnerabilidade são a pobreza e riqueza. Em todo mundo, mais particularmente em países menos desenvolvidos as pessoas vulneráveis são as mais pobres. São elas que sofrem frequentemente este tipo de choques impedindo-as de acumular ou guardar os seus recursos e economias.

No que tange a *resiliência*, esta é definida como a capacidade de adaptação por parte de uma comunidade ou sociedade, eventualmente exposta a perigos, resistindo aos desastres para melhor proteção futura.

Várias etapas são geralmente referidas no ciclo de gestão de desastres. Assim, a *prevenção*, significa estar pronto para enfrentar a probabilidade de ocorrência do desastre, dando a *sinalização precoce* para garantir que as pessoas, principalmente as que estão em zona risco, saibam o que vai acontecer; a *mitigação* é nada mais que a redução do impacto de eventos catastróficos enquanto eles decorrem, e o *alívio* designa-se como a capacidade de resposta. Seguidamente, a *recuperação* corresponde à fase de restauração de vidas, meios de subsistência e infraestruturas num local fora de perigo e, por último, a *reabilitação* consiste em lidar com os efeitos a longo prazo e uma restauração completa do desenvolvimento (Collins, 2009). Todas estas fases são necessárias, de tal forma que

a prevenção e a resposta fazem parte do desenvolvimento e um desenvolvimento adequado pode fornecer meios para evitar desastres, mitigar o seu impacto e ajudar na recuperação, em suma esquematicamente :

FIGURA II: CICLO DE GERENCIAMENTO DE DESASTRES E DESENVOLVIMENTO.



Fonte: Collins, 2019:27

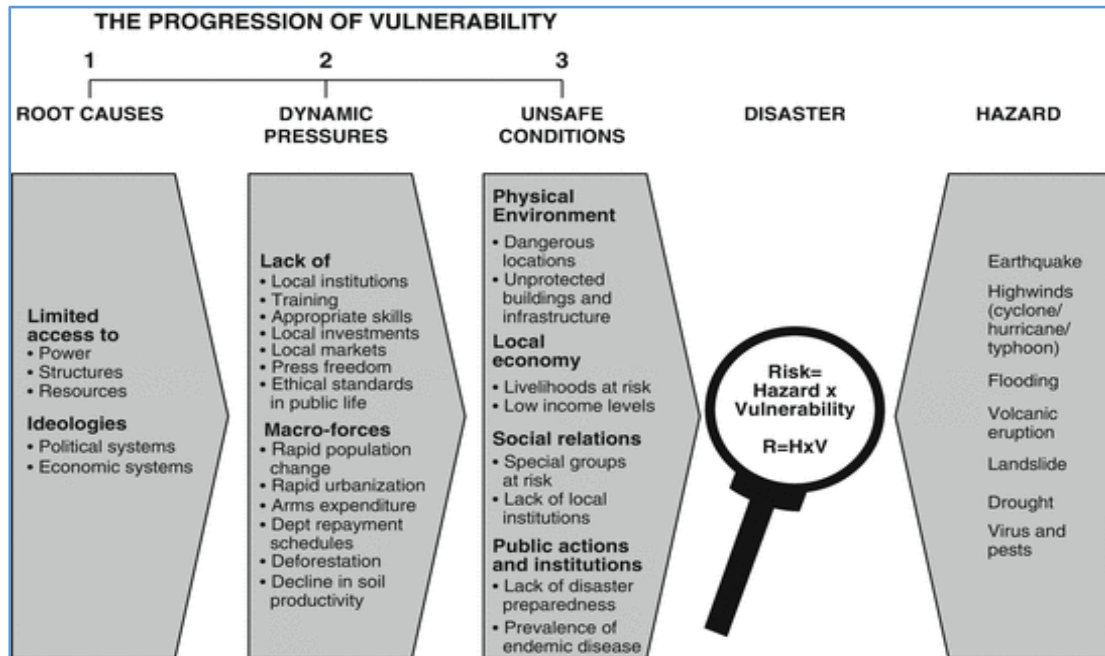
Wisner et al (2004:45), expressam em três elementos, esquematicamente uma avaliação do risco de desastres, estes são: risco, vulnerabilidade e perigo. Sendo que o risco de desastre é uma combinação transversal, composta de perigo natural e o número de pessoas, associados pelos seus vários graus de vulnerabilidade a esse perigo :

$$R=H \times V^4 \cdot C_{oli}$$

O modelo de Pressão e Liberação é a ferramenta usada para argumentar esta combinação transversal.

⁴ “R: risk, (desaster), H: hazard, Vulnerability”.

FIGURA III: MODELO DE PRESSÃO E LIBERAÇÃO: A PROGRESSÃO DA VULNERABILIDADE



Fonte: Wisner et al (2004:47)

O número de desastres têm aumentado. Os motivos para o crescimento são os eventos climáticos extremos (Strömberg, 2007).

Algumas soluções e orientações de política foram apresentadas por analistas sociais. Uns argumentam que é mais fácil ao governo criar e garantir proteção física para a população, como abrigos contra inundações, reforma agrária, fornecimento de recursos para mitigar os desastres, (Desai & Potter, 2008). Outros, consideram ainda que os governos, a comunidade internacional e as comunidades locais devem ter autonomia e responsabilidade para gerenciar o risco de reduzir desastres através de acesso à informação. De acordo com Collins (2009), entende-se por :

Metas estratégicas⁵:

*A integração do risco de desastres nas políticas de desenvolvimento sustentável; desenvolvimento e fortalecimento de instituições, mecanismos e capacidades para construir resiliência aos perigos; incorporação sistemática de abordagens de redução de risco na implementação e recuperação para emergências. **Prioridades da ação:** garantir que a redução de risco desastres seja uma prioridade nacional e local com uma forte base institucional para a implementação; identificar, avaliar e monitorar o risco de desastres e melhorar o alerta precoce; reduzir os riscos subjacentes e fortalecer a preparação para uma resposta eficaz.*

In Collins, (2009-pp.43).

Em suma, tudo indica que as abordagens à redução do risco de desastres propostas pelos especialistas devem ser tidas em conta e implementadas pelos governos e organizações internacionais e locais responsáveis pela canalização da Ajuda humanitária.

3. A UNIÃO EUROPEIA E O DESENVOLVIMENTO

A história da União Europeia inicia-se em 1950, através de um plano desenhado pelo Francês Robert Schuman, em colaboração com Jean Monnet, com a finalidade de estabelecer um controlo conjunto da produção de carvão e aço, (Borchardt, 1995:5).

No entanto, foram várias as personalidades de grande liderança que, se intensificaram na unificação da comunidade europeia. O seu desenvolvimento e crescimento é notório nos anos de 1960 a 1969, a sua expansão entre os anos 1970-1979 e a continuação do alargamento nos anos 2000-2009.

Na década de noventa verificou-se um marco importante com a liderança do presidente do parlamento Europeu Egon Klepsch, que assina o *Tratado de Maastricht*, denominado o *Tratado da União Europeia* em 1992. Estabelecem-se então várias

⁵ Estas metas e prioridades foram estipuladas na conferência mundial sobre a redução de desastres. UNDRR, (2005) [United Nations International Strategy for Disaster Reduction] (Hyogo Framework for Action 2005-2015). Disponível em : <<https://www.unisdr.org/2005/wcdr/intergover/official-doc/L-docs/Hyogo-framework-for-action-english.pdf>>. Acesso a22/05/2021.

diretrizes e acordos com o objetivo de promover o desenvolvimento económico, social e político na UE.⁶

É sabido que os problemas de desenvolvimento sempre existiram. Durante muitos anos, milhares de pessoas na Europa e no mundo sobreviveram em estado de vulnerabilidade devido as calamidades naturais e humanas. Foi por esta razão que a União Europeia e seus estados membros, confrontados com várias emergências, tomaram a decisão de criar um serviço de ação humanitária denominada ECHO em 1992.⁷

A fim de superar as limitações ao nível da resposta às crises humanitárias esforços consideráveis foram despendidos, quer pela UE quer a nível das outras organizações de cooperação como é o caso da ONU, na busca de instrumentos e estratégias adequadas para a responder de forma eficaz e rápida às regiões afetadas. Assim, um acordo estratégico e político foi estabelecido, o atual *Consenso Europeu em matéria de Ajuda Humanitária*.⁸ Os Estados-Membros e a UE em conjunto concedem a maior parte do financiamento, desde a assistência a nível de equipamentos de abrigos de emergência, instrumentos sanitários, dinheiro, assistência logística e cobrem ainda o deslocamento do corpo médico e voluntários bem como o financiamento de infraestruturas.

Os doadores em comunhão com os governos dos países atingidos por catástrofes identificam à priori o que é de extrema importância para as vítimas, por forma a que a ajuda da UE se ajuste o melhor possível a cada situação existente. A figura a seguir, demonstra a tendência crescente de apoio humanitário da UE a nível mundial. Esse

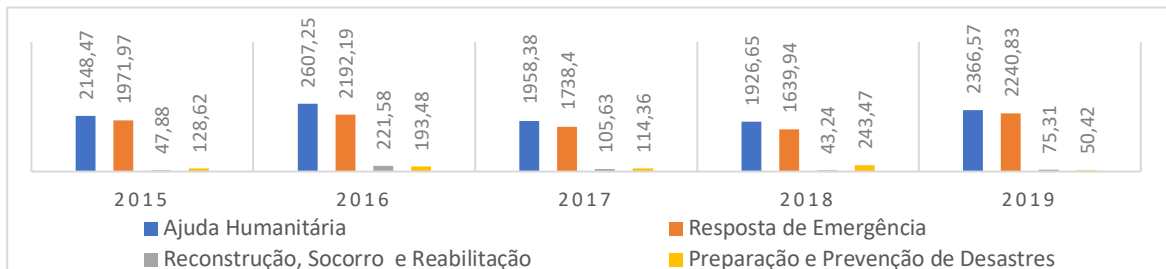
⁶UE. A história da União Europeia. Disponível em <https://europa.eu/european-union/about-eu/history_pt> Acesso: 27/07/21

⁷ECHO. Disponível em: <https://ec.europa.eu/echo/> Acesso: 27/07/21

⁸ UE 2008/01/30. Consenso Europeu em Matéria de Ajuda Humanitária. : <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2008:025:FULL&from=PT> Acesso: 28/07/21

aumento, deve-se em virtude das frequentes crises complexas, que resultam dos apoios aos refugiados, catástrofes naturais e surtos epidémicos.

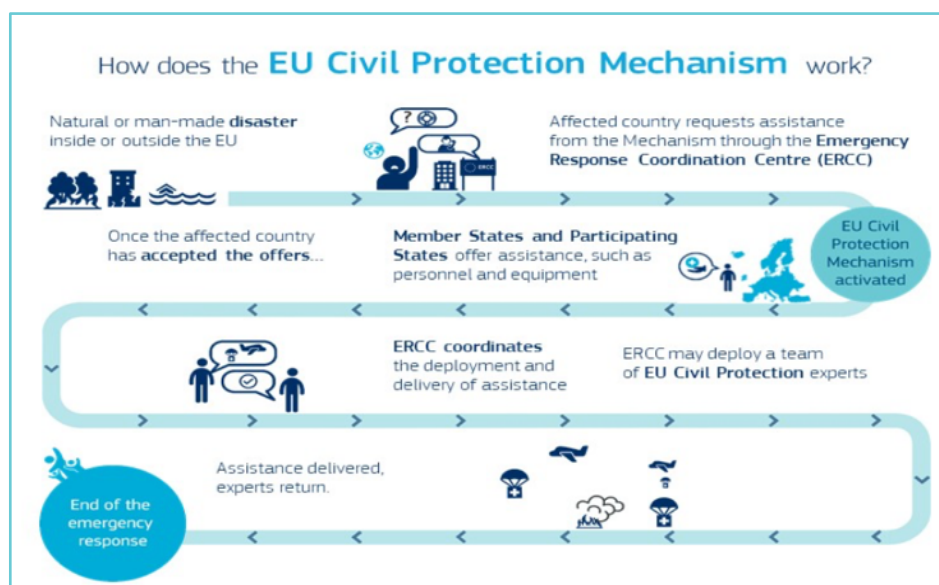
FIGURA IV: TOTAL DE DOAÇÕES DA EU EM MILHÕES DE DÓLARES (2015-2019)



Fonte: OCDE, elaborado pela autora.

Note-se que, face a existência de uma ocorrência de desastre natural/humana, que ocorra dentro da UE ou mesmo fora, constitui sempre ao país afetado solicitar o apoio emergencial à União Europeia, neste caso à Direção-Geral de Proteção Civil.

FIGURA V- DIMENSÃO DO FUNCIONAMENTO DA DG ECHO JUNTAMENTE COM O MECANISMO DE PROTEÇÃO CIVIL.



Fonte: UE (s, d)⁹

⁹ UE (s, d). Mecanismo de Proteção Civil. Disponível em <https://ec.europa.eu/echo/what/civil-protection/mechanism_en> Acesso:09/05/2021.

3.1 Os Princípios e Políticas da Ajuda Humanitária da UE

A União Europeia estabeleceu princípios fundamentais através do consenso europeu em matéria de ajuda humanitária que, no âmbito das suas políticas internas, devem ser escrupulosamente respeitados, nomeadamente a *humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência* (COMISSÃO EUROPEIA, 2008:2)¹⁰. Acrescenta-se que, esses princípios constituem também as normas do Direito internacional Humanitário o qual zela pela proteção das pessoas vulneráveis.

De referir que as políticas da UE são regidas pelos órgãos que a constituem e são de extrema relevância para todos os estados-membros e seus intervenientes em geral.

Desde 1996, a ECHO canaliza financiamentos de operações fora da União para prestar auxílio emergencial baseando-se nos instrumentos de ajuda humanitária e no regulamento (COMISSÃO EUROPEIA) n.º 1257/96, (Jornal Oficial,1996), tal como segue: Artigo 1º.

A ajuda humanitária da comunidade compreende ações não discriminatórias de assistência, socorro e proteção das populações de países terceiros, nomeadamente as mais vulneráveis, e prioritariamente as de países em desenvolvimento, vítimas de catástrofes naturais, de acontecimentos provocadas pelo homem, como guerras e conflitos, ou de situações e circunstâncias excecionais semelhantes a calamidades naturais ou provocadas pelo homem, durante o tempo necessário para fazer face às necessidades humanitárias resultantes destas diferentes situações. Esta ajuda inclui também ações de preparação anterior a riscos, bem como ações de prevenção de catástrofes ou de circunstâncias excecionais semelhantes.

In Jornal Oficial_n.º 163 02/07/1996 p.1-0006-actual versão (2019:3)¹¹.

Se olharmos para o cenário que se vivenciou em Moçambique e atendermos principalmente às regiões afetadas pelo ciclone Idai, poderá afirmar-se que a UE e seus

¹⁰, COMISSÃO EUROPEIA (2008). Consenso Europeu em Matéria de Ajuda Humanitária. Disponível em< [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42008X0130\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42008X0130(01)&from=EN). Acesso. 09/05%2021>

¹¹ (UE, 2019) /1243 Regulamento do parlamento Europeu e do Conselho. Disponível em< <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01996R1257-20190726>> Acesso em 11/07/21

parceiros cumpriram com os seus princípios. Importa, contudo, sublinhar que o país tem vivido nos últimos anos sob fortes ameaças de origem natural e humana. A título de exemplo refira-se o apoio humanitário recebido em 2007, proveniente dos parceiros da UE nomeadamente da UNICEF, ano em que o país foi “surpreendido” com ciclone Favio. A zona de Vilanculos foi particularmente afetada e poucos meios de comunicação foram usados para alertar as populações e quase nenhum centro de abrigo foi preparado com antecedência por parte do governo.

No caso de ciclone Idai, e de acordo com alguns observadores (Matos & Ndapassoa, 2020), ocorreram incidentes no ato da ajuda humanitária que acabaram por evidenciar a existência problemas de coordenação entre os agentes do governo e atores externos. Assim, tudo indica que a ajuda humanitária apresenta “armadilhas” que resultam da má gestão estrangeira nos assuntos internos do país.

No entanto, do ponto de vista da FICV (Federação Internacional da Crescente Vermelho, 2019) a capacidade de resposta foi rápida tendo sido acauteladas medidas de prevenção do risco, anteriores ao desastre. Mesmo assim, apesar das ações de coordenação das atividades realizadas entre a CVM e a FICV apresentarem resultados satisfatórios, foram apontadas lacunas na atuação ao nível do terreno.

O balanço por parte do Governo de Moçambique, liderado pelo Presidente Filipe Nyusi, indica que foram respeitados os princípios do Direito Internacional e mobilizados os meios para salvar as vidas das populações.¹²

¹² Portal do Governo de Moçambique (2019). Impacto do Ciclone Idai. Disponível em <<https://www.portaldogoverno.gov.mz/>>. Acesso: 03/08/2021

3.2. A UNIÃO EUROPEIA E O DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE: O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL

Com a definição do Sistema Bretton Woods em 1944, foram estabelecidas várias diretrizes para as relações económicas e financeiras entre as principais potências mundiais, (Campo, 2010:505).

No entanto nos anos 80 foi criado o mecanismo de ajustamento económico e financeiro destinado a beneficiar os Países Menos Avançados que apresentassem fortes desequilíbrios macroeconómicos. Passaram assim a ser implementadas, no quadro da assistência do FMI e do BM, *políticas de estabilização e ajustamento estrutural* em grande parte dos países em Desenvolvimento, tanto em África como na América latina. (Kanbur, 2006). Trata-se da obediência ao *Consenso de Washington*, tal como é designada, a partir de 1990, a nova política económica imposta ao PED pelas Instituições financeiras internacionais.

A literatura disponível sustenta que o ajustamento estrutural foi controverso, (Cossa, 2008; Summers & Pritchett, 1993, pp-383-389). Os principais motivos são os constantes desequilíbrios macroeconómicos, a desvalorização da moeda nacional e a dependência externa.

Os economistas argumentam que, não é preciso ser analistas para ter a noção de que as políticas de ajuda externa beneficiam os interesses dos países doadores ao contrário do recetor. É um assunto bastante claro aos olhos de qualquer cidadão.

Na década de 1980 Moçambique vivenciou um período conturbado devido aos desastres naturais e humanos, nomeadamente as secas, cheias e guerra civil que culminaram com a destruição de estruturas produtivas e o forte endividamento público e

externo. É assim que o país, no contexto da transição à economia de mercado, aproxima-se das instituições de Bretton Woods e implementa o Programa de Ajustamento Estrutural em 1987, (Oppenheimer, 2006:71). Em 1995, após o fim da guerra civil foram estabelecidas estratégias de desenvolvimento para alterar a assimetria entre as cidades e o campo, o Sul e o Norte do país. Segundo o portal do Governo, as estratégias geraram custos avultados ao país.¹³

As reformas económicas iniciadas em meados dos anos 80 deram origem a uma nova Constituição ajustada à liberalização económica e à abertura a uma sociedade democrática. Como resultado destas reformas, três documentos estratégicos foram criados, que são: Programa Quinquenal do Governo, o Programa de Redução da Pobreza (PARPA) e o Plano Económico e Social.

Ora, a relação entre a União Europeia e Moçambique, surgiu após a sua independência. Em 1985 firmou-se uma relação de parceria bilateral e global. Salienta-se que esta parceria resulta do acordo de Cotonou entre os países de África, Caraíbas e o Pacífico (ACP) e os países da União Europeia¹⁴.

¹³Portal de Governo (2015). Economia de Moçambique: Disponível em<<https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/Economia>> Acesso: 03/08/21

¹⁴ EU, (2016). União Europeia e Moçambique. Disponível em<https://eeas.europa.eu/delegations/mozambique/7568/uni%C3%A3o-europeia-e-mo%C3%A7ambique_pt> Acesso:10/08/2021

A finalidade é específica e visa a erradicação da pobreza e mobilizar os parceiros da UE na ajuda no desenvolvimento dos países da ACP. ¹⁵

A Comunidade Europeia e seus 11 Estados-Membros estão diplomaticamente representados em moçambique nomeadamente pela Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal, Espanha e Suécia em conjunto esforçam-se em cumprir com as obrigações que foram estabelecidas no Consenso Europeu sobre Desenvolvimento. Sabe-se que, os esforços foram e continuam a ser um exemplo de reconstrução pós-guerra. Desde o Acordo Geral de Paz em 1992, faz-se presente nos reforços da democracia está diretamente ligada aos desafios económicos do país, presta a assistência financeira através do Programa de Indicativo Nacional com o enfoque nos sectores de Boa governação, Desenvolvimento e Desenvolvimento Rural. Concede o apoio na proteção dos Direitos Cívicos e na cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária.

3.3. DESEMBOLSOS DA UE EM MOÇAMBIQUE

No quadro do Programa Indicativo Nacional entre a UE e Moçambique, assinado em Dezembro de 2017, foi estabelecido um auxílio financeiro para o período 2014-2020 no valor de 734¹⁶ milhões de euros para cobrir apoios macroeconómicos dos vários setores e projetos, por seu turno a alocar nas *situações imprevistas*. Assim sendo, fazem parte das

¹⁵ UE, (s.d), ACP-EU Partnership. Disponível: https://ec.europa.eu/international-partnerships/acp-eu-partnership_en

¹⁶Comissão Europeia. EU-República de moçambique: Programa Indicativo do Nacional. Disponível em <http://cip.org.pt/wpcontent/uploads/Documentos/Uni%C3%A3o%20Europeia/2015/20151130_uemozambiquenipt.pdf> Acesso:03/04/21

situações imprevistas, ajuda humanitária, de emergência e de pós-emergência, dívidas entre outros projetos.

Ora, na intervenção entre o Governo de Moçambique e o Embaixador da União Europeia no país, no ano de 2018, concluíram-se 4 acordos de financiamento entre ambas as partes, o valor global alocado foi de 44.5 milhões¹⁷ de euros para os vários projetos, sendo que 5 milhões de euros foram destinadas ao apoio para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, (MINEC, 2018).

Tudo indica que uma parte do financiamento dos recursos, estabelecido para o período 2014-2020, foram concedidos através do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento, principal órgão para prestar ajuda Comunitária para a Cooperação e o Desenvolvimento. Importa sublinhar que, um novo acordo foi rubricado entre UE e a Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico a 15 de Abril de 2021.

Os Estados-Membros, na sua maioria, canalizam as suas contribuições para as suas ex-colónias devido à ligação histórica entre os países e com a finalidade de favorecer o desenvolvimento económico da região e, principalmente o nível de vida das populações. Por sua vez, fatores históricos e humanitários, mas também, questões culturais, geoestratégicas e segurança são as razões que levam as Instituições e os países doadores a fornecer ajuda.

¹⁷ MINEC (2018). Cerimónia de assinatura de convenções de financiamento com a UE. Disponível em <<http://www.minec.gov.mz/index.php/imprensa/discursos/discursos-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros-e-cooperacao/122-discurso-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros-e-cooperacao-jose-condugua-antonio-pacheco-na-cerimonia-de-assinatura-de-convencoes-de-financiamento-com-a-uniao-europeia/file>> Acesso 03/04/21

4. DESASTRES NATURAIS EM MOÇAMBIQUE: O CASO DO CICLONE IDAI NA CIDADE DA BEIRA E ARREDORES

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Moçambique é um País que frequentemente sofre com desastres naturais devido a sua localização geográfica, com uma longa zona costeira aproximadamente de 2.700 Km que percorrem o Oceano Índico, para além das principais bacias hidrográficas Internacionais que percorrem o território. Se atendermos outros fatores associados às fragilidades, estará em causa a elevada degradação dos recursos naturais, tais como, destruição de florestas, pântanos e queimadas descontroladas, no contexto contingente, do ponto de vista político económico e social que caracteriza o país independente em tempo de acelerada globalização, INGD (2017).

Segundo a Organização Mundial de Meteorologia das Nações Unidas, estima-se que 40% da topografia de Moçambique está a menos de 200m do nível do mar, deixando o País Vulnerável a inundações. Perante este cenário, um estudo realizado por Serra et al (2012), relata as condições ambientais em Moçambique bem como as medidas legislativas do Governo em resposta as mudanças climáticas que estão na origem de frequentes secas, inundações e ciclones. Assim, a partir de 2000, foram adotados mecanismos para redução dos riscos e da vulnerabilidade das populações locais (INGD, 2017). Em 2006, definiu-se o Plano Diretor de Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais, sendo que, na fase inicial, foram estipuladas metas por 10 anos (2006-2016), e posteriormente (2017-2030). Salienta-se que, a renovação do segundo plano, sofreu reajustes, de modo a adaptar às novas realidades das alterações climáticas e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ora, foi precisamente no dia 14 março de 2019 que fortes tempestades acompanhadas de chuvas torrenciais fustigaram a região centro de Moçambique. O ciclone devastou a cidade da Beira e zonas circundantes. Os critérios que nos permitem evidenciar que houve uma ocorrência de desastre e elevado risco são definidos pelo autor Strömberg, (2007). Estamos perante a um desastre quando mais de 10 pessoas são mortas, mais de 100 pessoas são afetadas, se o governo declara estado de emergência e solicita ajuda internacional. Neste contexto, os impactes do ciclone na Beira estavam dentro dos critérios, assim, houve mobilização de recursos através do Governo de Moçambique, das agências humanitárias, da sociedade civil, e dos Países do mundo que se solidarizaram com a população.

Strömberg (2007:2), considera ainda que, em geral, são os fatores sociais que afetam o impacte dos desastres. Tal é o caso de Moçambique, um país de baixa renda e com extrema pobreza. Para além do mais a vulnerabilidade adensa-se dadas as características geográficas da cidade da Beira, de baixa altitude e implantada numa região pantanosa. Foi esta uma decisão tomada em tempo colonial e transmitida ao país independente com todas as consequências trágicas hoje conhecidas. Como salientam alguns não foi uma “*boa ideia*” esta localização para a cidade (Fernandes et al 2016:156). É assim que o estudo realizado pelos ambientalistas aconselha a que proteção permanente seja dada à cidade da Beira e seus habitantes, dado que sujeitos à pressão continuada de fenómenos naturais extremos, (Serra et al (2012).

4.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICO DA REGIÃO AFETADA

A caracterização socioeconómica da região afetada pelo ciclone é marcada antes pelo desenvolvimento do colonialismo Português em Moçambique, em particular a região

da Beira. A cidade da Beira, capital do “distrito de Manica e Sofala”, foi fundada em 1887 pelos Portugueses e, no ano de 1907 foi elevada à categoria de cidade pelo D. Carlos I¹⁸ membro da família Real Portuguesa. Tundo indica que, antes da ocupação Portuguesa a cidade estava ocupada por comerciantes muçulmanos nativos, que edificaram aldeias ao redor da baía de Sofala. Progressivamente os nativos em conjunto com os Portugueses, dedicaram em atividades comerciais, e a construção naval era uma indústria importante na época e, possuíam variedades de atividades marítimas desde a pesca costeira e estuária, captura de tartarugas, baleias e pérolas, (Newitt, 1995).

Desde 1891 e por cinquenta anos, até 1941, permaneceu o território e seu centro urbano sob gestão da *Companhia de Moçambique*, dominada por capitais britânicos, a quem Portugal concedera poderes Majestáticos no contexto da ocupação colonial dos séculos XIX-XX Newitt, (1995).

Desde então, com os avanços e os desenvolvimentos da cidade, foram edificadas infraestruturas de grandes dimensões exemplares como o Porto, a Linha-férrea que faz ligação do Porto da Beira ao Zimbabwe e a estrada nacional N^o.6. Essas três infraestruturas são denominadas como “*o corredor de desenvolvimento-hinterland*”, pelo facto de contribuírem para o crescimento económico e sobretudo o desenvolvimento regional, nacional e internacional através das importações e exportações de mercadorias diversas, (Selemane, 2019:9).

¹⁸ Pires, (2019). *Moçambique: Breve história da fundação da cidade da Beira*. Disponível: <https://maghrebmachrek.wordpress.com/2019/03/25/mocambique-breve-historia-da-fundacao-da-cidade-da-beira/>. Acesso: 10/08/2021.

Com a reversão do território para a administração colonial Portuguesa, em 1970 o “*distrito de Sofala separa-se de Manica*”. E em 1975 já com o período de transição, Sofala passou de distrito para Província e Beira a cidade capital. A região atualmente é constituída por 13 distritos e 5 municípios. É dominada por dois grandes grupos socioculturais: os Ndaus e Senas, ANEME, (2017)

Do ponto de vista de urbanização na Beira, as primeiras edificações erguidas, foram construídas no século XVI e a cultura europeia foi predominante, mas a religião muçulmana manteve-se, (Newitt, 1995).

Atualmente a cidade da Beira é caracterizada também por zonas urbanas e suburbanas, tal como o resto do País. É sabido, tal como descreve o Maloa (2019), que desde a época colonial as cidades moçambicanas estruturam-se em duas partes: *áreas urbanas* que contemplam melhores infraestruturas e serviços. Por outro lado, a *periferia suburbana* com bairros precários que não contemplam infraestruturas e serviços. De referir que, até aos dias de hoje, as “urbanizações” prevalecem, ainda que com pequenos esforços que o Estado moçambicano tenta contornar, a situação tende a piorar, principalmente nas zonas suburbanas apresentam-se construções desordenadas com material precário ou pouco seguro.

Se olharmos os dados quantitativos da Beira, em 1964 total da população somava 34 482, (Amaral,1969:82). Atualmente o cenário é outro, de acordo com último censo 2017 do INE (Instituto Nacional de Estatística),¹⁹ a província de Sofala conta 2 259 248 habitantes e particularmente a cidade da Beira com 592.090 habitantes, tornando-se a

¹⁹ IV recenseamento geral da População, divulgado a 29/04/2019.

quarta cidade mais populosa do país. A economia da Beira é maioritariamente proveniente do porto, com um terminal de contentores que movimentava carga e descargas, por seu turno, o comércio local é bastante ativo. Os principais produtos exportados pelo porto são: açúcar, tabaco, algodão, minério de ferro, carvão. Entretanto, a província em geral desenvolve atividades económicas ligada a indústria transformadora.

E devido ao crescente “boom demográfico”, são notórios os altos índices de desemprego que se verificam naquele local, os estudos demonstram que menos da metade dos residentes daquela cidade têm trabalho qualificado, no entanto, a maioria das populações vivem do comércio informal.

E, sendo a cidade Beira maioritariamente composta por construções pouco seguras e localizadas nas zonas pantanosas, outras à beira mar²⁰, e consequentemente vulneráveis, são estas algumas das razões do elevado número de mortes e afetados por desastres. Não obstante, tudo leva a crer que, a pobreza, a ineficiência de políticas e estratégias de habitações, a explosão demográfica e a má governação, são variáveis que também contribuem para o deficit habitacional. Neste contexto, entendemos que as deficiências das políticas e estratégias para habitação prendem-se com a “ignorância “ou a “falta clareza no cumprimento “da Lei 15 nº15/2014 (Lei de Gestão das Calamidades) que estabelece: *“A proibição de construção de habitação em zonas vulneráveis às calamidades naturais e a responsabilidade dos Governos e Autoridades Locais na definição dessas áreas”* INGD (2017:17).

²⁰ Zona da Praia Nova

4.3. AS MISSÕES HUMANITÁRIAS: DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO

A resposta humanitária em Moçambique para as calamidades naturais, é liderada e coordenada pelo Governo de Moçambique (GdM) através da sua entidade Instituto Nacional de Gestão e Redução de Desastre (INGD) e também por organizações internacionais.

Para o caso do ciclone Idai, foram identificados cerca de 22 voluntários Sul-Africanos como o primeiro grupo de resgate a deslocar-se no local afetado. Estes, prestaram apoio emergencial a mulheres e crianças vulneráveis nas margens do Rio Búzi. Podemos afirmar que, a localização geográfica foi um dos fatores importantes para o rápido apoio, visto que, África de Sul e Moçambique são países vizinhos.

Estudos disponíveis (Strömberg, 2007; & Collins, 2014), apontam muitas das vezes os laços coloniais como um dos fatores para a crescente ajuda humanitária. Alinhado com essas ideais, observa-se o grande destaque das equipas Portuguesas constituídas por elementos do INEM Proteção Civil²¹,o Camões, I.P, a OIKOS. Beira também contou com o apoio de várias missões humanitárias que não pertencem à UE. Assim, como resposta a emergência, as missões humanitárias tiveram um papel importante e preponderante, desde o auxílio emergencial, angariação de fundos através de campanhas com vista a desenvolver estratégias para as mudanças climáticas.

²¹ INEM, (2019). Disponível:<https://www.inem.pt/category/institucional/relacoes-internacionais/>

4.4 OS IMPACTES DOS DESASTRES E SUA MITIGAÇÃO

As implicações dos desastres observam-se nos relatórios das Nações Unidas.

Somente no ano de 2018, os desastres deslocaram 17,2 milhões de pessoas.²²

Constam dos relatórios realizados pelas ONG's que, um dos fatores determinantes do grande impacte verificados no ciclone Idai é a “surpresa da população”. No decurso das investigações as populações argumentaram que foi “*a falta de confiança nos mecanismos de previsão*”, ou seja, as pessoas não esperavam as consequências que o ciclone poderia trazer e, por isso, muitas não se precaveram. Assim, dado o contexto, o impacte foi avassalador.

De acordo com a os dados divulgados pela ONU²³, o desastre deixou marcas visíveis e danos irreparáveis, tudo indica mais de 600 mortes, 1 800 000 pessoas afetados, destruições de infraestruturas, inundações, 700 mil hectares de campos agrícolas, e milhares famílias desalojadas. Contudo, milhares pessoas perderam empregos e trabalhos informais, as crianças não frequentaram os estudos, as escolas e a estrada nacional N.6 também sofreram destruições, os hospitais e as infraestruturas públicas e Privadas também foram afetadas. Um estudo realizado para o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano demonstram os efeitos do ciclone Idai no sector da Educação, cerca de 237.186 estudantes afetados, 489 escolas destruídas, e 7.232 professores também afetados, (Mussagy,2019:1).

²²ONU. (2020). Clima e Meio Ambiente. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/02/1702842>>

²³ ONU. (s, d). Nações Unidas. Disponível em:< <https://unric.org/pt/mocambique-segue-precisando-de-ajuda-dois-anos-apos-ciclone-idai-diz-guterres/>>

Para além do acima citado, as populações mais vulneráveis, da cidade da Beira e arredores, enfrentam até hoje impactes relativos ao aumento de preços dos bens alimentares, combustível e serviços públicos. Gravosos ainda, foram a propagação de doenças como a malária e cólera resultantes da contaminação das águas e solos. Passado o ciclone Idai, o país foi afetado pelo ciclone Kenneth, atingindo zona Norte (Cabo Delgado), os impactes também foram semelhantes. Houve mobilização novamente de apoio internacional, mas, tudo indica que, os financiamentos para mitigar o desastre não atingiram os montantes atribuídos ao Ciclone Idai dado que as consequências em termos de pessoas afetadas, mortes, danos em infraestruturas foram inferiores.

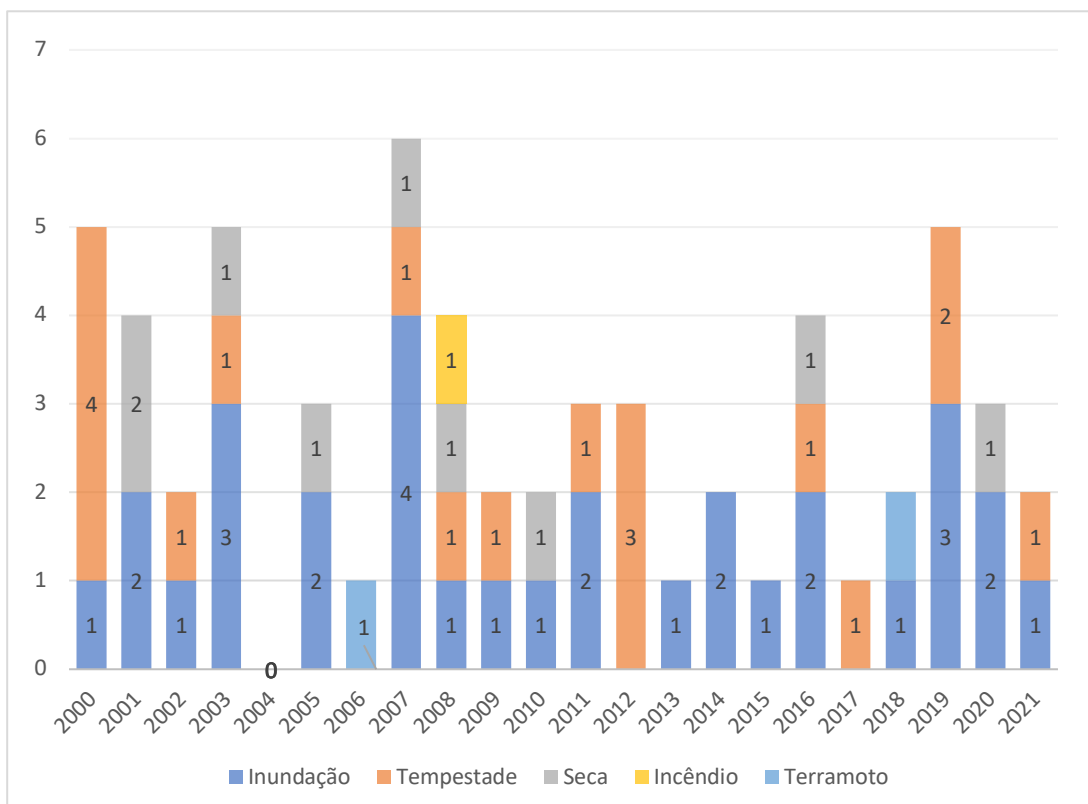
A literatura disponível não é consensual a respeito dos impactes dos desastres no *Desenvolvimento*. Alguns estudos referenciam que estas emergências naturais os podem ter consequências económicas positivas. Essas ideias surgem pelo facto de as regiões afetadas receberem financiamentos externos para beneficiar as reconstruções bem como a implantação de novas tecnologias e modos de produção, Strömberg (2007). Importa sublinhar que, no caso de Moçambique, o Governo aponta os impactes sempre numa perspetiva negativa.

De facto, os desastres são extremamente impactantes para a economia e bem-estar humano, pois, geram a escassez de produtos alimentares, causam perturbações no processo de produção quer seja agrícola ou industrial, causam interrupções no abastecimento de energia elétrica, água, saneamento básico, e, sobretudo a proliferação de doenças, (Bernal & Ocampo 2020).

A (Figura 2), demonstra as tendências crescentes dos desastres naturais, entre os anos 2000-2021. Nos últimos 20 anos, as inundações e tempestades, foram mais

frequentes em Moçambique, entretanto, esta elevada intensidade de eventos naturais extremos, passam a constituir ameaça para o País, para elaboração desta tendência, foram utilizados banco dados dos eventos de emergência (EM-DAT) compilada a partir de várias fontes como a ONU e ONGs. Para uma observação mais aprofundada, (ver Anexo 2).

FIGURA VI: TENDÊNCIA DA EVOLUÇÃO DOS DESASTRES NATURAIS EM MOÇAMBIQUE



Fonte: Centro de Pesquisa Epidemiológica de Desastres (CRED) EM-Data, adaptado pela autora.

Desde a criação do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC), a pesquisa sobre a mitigação tem vindo a crescer. Os esforços são mundiais, entretanto, são projetadas e adotadas políticas adequadas de modo a minimizar os riscos de desastres naturais, (IPCC,2014). Em Moçambique, além do PDRRD, também foi

elaborada uma Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas (ENAMMC), entre os períodos, 2013-2025, os objetivos visam a redução dos impactes dos desastres.

O analista, Strömberg (2007), aponta o alívio proporcionado pelas agências e dos doadores internacionais como essenciais para mitigar os efeitos dos desastres, pelo menos, a curto prazo. Porém, acredita que nem sempre nos países de baixa renda esse alívio possa ser obvio, devido ao fator corrupção. Entretanto, ainda refere que a onda elevada de holofotes da mídia possa vir a contribuir para uma resposta mais rápida de ajuda humanitária.

Como forma de mitigar os impactes ao ciclone Idai quanto ao Kenneth, foram coordenadas algumas soluções para aliviar o sofrimento humano, através de parceiros humanitários. A curto prazo, foram instalados centros de abrigos temporários para albergar as populações vulneráveis, distribuídos de Kits de higiene pessoal, reposição de fontes de água, instalações sanitárias, foram prestadas assistência alimentar e posteriormente instaladas salas provisórias como tendas e distribuição de material escolar. A UE através do Fundo do Desenvolvimento Europeu disponibilizou 10 milhões de euros para responder a situação emergencial numa primeira fase. Uma das organizações parceiras da UE é WFP que, em parceria com a Oikos trabalharam em conjunto para responder às necessidades das populações. O valor total disponibilizado pela WFP na Província de Sofala foi de 132.163,00€ e foi possível beneficiar 80.000 pessoas, nos distritos de Dondo, Nhamatanda entre os meses de Março-Julho de 2019. Por seu turno a Oikos também contou com o apoio de Camões, I.P, que disponibilizou 75.000€, numa primeira fase foi possível beneficiar 2500 pessoas no distrito da Beira (ver

anexo 1). O valor desembolsado serviu para aquisição de Kits de emergência, bens de primeira necessidade e assistência alimentar, OIKOS (2019:54).

Dos 11 Estados-Membros da UE presentes em Moçambique, contribuíram: Portugal com o valor total de 3.707.287,00€ para a assistência emergencial e resposta. Por seu turno a Noruega disponibilizou 2.678.000,00€ para resposta a emergência, (ODA MOZ).²⁴

Para a fase de reconstrução das zonas afetadas pelos ciclones, o Camões, I.P em 2019, lançou a linha de candidatura ao financiamento de projetos da ONGD denominado *Fundo de apoio à recuperação e reconstrução das regiões afetadas pelos ciclones em moçambique no valor de 1.220.000.00 euros*. Os resultados obtidos, foram submetidos 5 projetos para 5 ONGD nomeadamente: APOIAR; a FEC, Health4Moz, HELPO e OIKOS, com a duração de 24 meses. De referir que estes fundos são provenientes do Orçamento do Estado Português e entidades Públicas e Privadas, (Camões, I.P, 2019).

Ainda no plano de reconstrução a Comissão Europeia comprometeu-se a desembolsar 100 milhões de euros. Contudo é sabido que a mesma já disponibilizou 10 milhões de euros dos para apoiar à recuperação pós desastre do ciclone IDAI. Espera-se que, se alcance resultados positivos a longo prazo, mas para tal são necessários esforços mútuos e inclusivo entre o doador e recetor para um desenvolvimento económico sustentável (Comissão Europeia, 2019).

²⁴ ODAmoz.Official Development Assistance to Mozambique. Disponível em <http://www.odamoz.org.mz/>

5. CONCLUSÃO

Esta dissertação assumiu como objetivo discutir e analisar, no caso de Moçambique, os princípios de acesso à ajuda humanitária da União Europeia e seus parceiros, em resposta pós-desastre ao ciclone IDAI. Por seu turno, procurar refletir sobre a celeridade de resposta seus impactes. Para tal, a análise realizou-se em primeiro lugar numa revisão de literatura sobre a ajuda humanitária, desastres naturais e desenvolvimento.

Sobre a discussão da ajuda humanitária, apresentam-se perspectivas de diversos autores que defendem que o humanitarismo teve o seu surgimento desde o século XVIII, sempre com objetivo de ajudar as pessoas em situações de crises. Entre os finais dos séculos XIX e início XX, com a destruição causada pela 2ª grande guerra, a ajuda internacional estabelecida pelos EUA através do Plano Marshall, teve como objetivo ajudar na reconstrução da Europa Ocidental. O século XX, é marcado pela evolução do sistema humanitário, embora o progresso tenha sido marcado por falhas no que diz respeito a redução do risco de desastre. Atualmente a ajuda humanitária enfrenta desafios e no futuro espera-se um aumento de casos humanitários devido a problemas ambientais, económicos e demográficos.

A OCDE demonstra um aumento crescente de apoio humanitário dos países CAD para todo o mundo, atingindo somente em 2019, 1 7851,91 milhões de dólares. No caso da UE, para o mesmo ano, o total de doações foram de 2 366,57 milhões de dólares. Moçambique é um recetor frequente de APD destinados a vários setores. Porém, constata-se que somente uma pequena parte destes apoios são destinadas a ações em resposta às mudanças climáticas. Como exemplo, dos desembolsos obtidos do Programa Indicativo Nacional entre a UE e Moçambique (2014-2020), somente foram canalizados 5 milhões de euros para mitigação e adaptação às mudanças climáticas, num valor global de 44.5

milhões euros. Presume-se que seja esse um dos motivos da fragilidade de recursos existentes nas sedes das Organizações Nacionais.

Da discussão sobre a UE, ator global incontornável em termos de prestação de apoio humanitário, é indiscutível o seu papel e responsabilidade no cumprimento dos princípios de Direito Internacional Humano. A missão de zelar pela proteção das pessoas vulneráveis foi o principal motivo impulsionador para a criação da DG ECHO. Este sucesso deve-se ao nível de desenvolvimento e à expansão da UE. O momento mais alto desta trajetória foi a assinatura do Tratado de Maastrich em 1992. Desde então e com a criação da ECHO em 1996, foi possível apoiar milhares de pessoas vulneráveis em todo mundo. Contudo, são reconhecidas as suas limitações a nível de resposta rápida, devido, em parte, ao peso burocrático das suas políticas.

No que tange a discussão sobre os desastres naturais e desenvolvimento, constata-se que o meio ambiente ainda está sob ameaças. Ainda que políticas tenham sido adotadas pelas nações a nível global para reverter a situação atual subsistem muitos desafios por enfrentar. As implicações dos desastres naturais afetam todos os países e, de forma particularmente gravosa, os países em desenvolvimento, tal como constatamos em Moçambique, confrontado com vários problemas como a pobreza, a fome, a desigualdade. De certo modo, estas desigualdades refletem as diferenças socioeconómicas e demográficas.

Por se tratar de uma fatalidade imprevista, os impactes dos desastres naturais são amplos e afetam a todos, porém de forma desigual, devido, em parte, às condições sociais e económicas da população e a localização geográfica das áreas afetadas. Tudo indica que as soluções necessárias para as questões dos impactes dos desastres no desenvolvimento

prendem-se com as fases do ciclo de gestão. Com efeito, tanto a prevenção como a resposta a estas emergências são essenciais para mitigar os efeitos, ainda que as respostas tendem a limitar-se ao curto prazo e nem sempre apresentam resultados satisfatórios.

O banco de dados da EM-DAT apresenta resultados relevantes sobre as tendências crescentes dos desastres naturais em Moçambique. Nos últimos 20 anos, o País sofreu constantemente de catástrofes naturais. Dado a estes problemas, o Governo elaborou Planos Diretores para Redução a Desastres Naturais e Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação. É sabido que estes planos estão longe de ser concretizados pelo facto de apresentarem lacunas e deficiências na sua gestão.

No caso do ciclone IDAI, constatam-se problemas de coordenação entre os agentes do Governo e atores externos e, também se sabe, que não foi possível responder às necessidades de toda a população. Limitações apontadas pelas organizações prendem-se com as condições geográficas, que muito dificultaram as capacidades de resposta. Ainda com base nos relatórios divulgados pelas ONG's, parceiras da UE, é possível afirmar que os resultados na ajuda à população da Beira e arredores foram satisfatórios durante os primeiros 3 meses pós-desastres. Contudo, as populações ainda carecem de apoios humanitários.

As limitações que se verificaram na elaboração desta tese prendem-se em parte, com as dificuldades registadas na obtenção de fontes credíveis por parte das instituições Moçambicanas. A informação obtida online é limitada e os dados carecem de precisão. O recurso a fonte externa foi assim indispensável a esta investigação que muito teria a ganhar caso tivesse sido possível a realização de uma pesquisa de terreno em

Moçambique, permitindo inquirir quer as populações afetadas na cidade da Beira e arredores quer representantes das ONG e das instituições locais.

REFERÊNCIAS

Ali, M.; Banks, G. and Parsons, N. (2015), “Why Donors Give Aid and to Whom? A Critique of the Historical and Contemporary Aid Allocation Regime”, *Dialogue*, Vol.10, nº2, pp. 116-131

ANEME, (2017). *Levantamento e Caracterização das Empresas Comerciais e Industriais*. Disponível em: https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/09/ESTUDO_SOFALA_2017.pdf. Acesso em 28/09/21

Amaral, I. (1969). Beira, cidade e porto do Índico. *Finisterra*, 4(7). Disponível: <https://doi.org/10.18055/Finis2492>. Acesso em 19/08/21

Birkmann, J.; Wisner, B. (2005), *Measuring the UN-Measurable: The Challenge of Vulnerability*. No. 5/2006. UNU Institute for Environment and Human Security (UNU-EHS). Germany. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/285850126_Measuring_the_un-measurable_the_challenge_of_vulnerability> Acesso em 22/05/21

Bernal-Ramirez, J. e Ocampo, J. A. (2020). “*Climate Change: Policies to Manage Its Macroeconomic and Financial Effects.*” *Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Borchardt, K. (1995), *European Integration: The origins and growth of the European Union*. 4th edition. European Documentation 1995. EU Commission

Camões (2019), *Fundo de Apoio à Recuperação Reconstrução de Moçambique*. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/candidatura-para-projetos-ao-abrigo-do-fundo-de-apoio-a-recuperacao-e-reconstrucao-das-regioes-afetadas-pelos-ciclones-em-mocambique>. Acesso:04/10/2021

Campos, J.M. (coord) (2010), *Organizações Internacionais*, 4^a edição, Wolters Kluwer e Coimbra Editora, Coimbra.

COMISSÃO EUROPEIA,(CE)(2015), *União Europeia- República de Moçambique: Programa Indicativo Nacional 2014-2020*, Bruxelas. Disponível: http://cip.org.pt/wp-content/uploads/Documentos/Uni%C3%A3o%20Europeia/2015/20151130_uemozambiquenippt.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA, (2019). Comissão Europeia- Comunicado de Imprensa Disponível < https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_19_2791>. Bruxelas Acesso 11/10/2021

Collins, A. (2009), *Disaster and Development*, London: Routledge.

Collins, A. (2018), Advancing the Disaster and Development Paradigm. Int J Disaster Risk SCI, pp 486-495 Disponível: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s13753-018-0206-5.pdf>; Acesso em 15/03/21

Cossa, B. (2008), *A cooperação Nórdica no Contexto do Desenvolvimento de África: Que Futuro? O caso de Moçambique*, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em MDCI-ISEG/UTL

Dayton-Johnson, J. (2004), “Natural Disasters and Adaptive Capacity”, OECD Development Center Working Papers, no. 237, OECD Publishing, Paris. Disponível: < <https://doi.org/10.1787/827805005406>.> Acesso em 17/05/21

Desai, V.; Potter, R. B. (eds) (2002a), *Companion to Development Studies*, London: Arnold.

Desai, V.; Potter, R. B. (2ºeds) (2008b), *Companion to Development Studies*, London: Routledge.

EM-Dat(s,data):Disponível em < <https://www.emdat.be/>> Acesso em 17/09/21.

Fukuda-Parr, S. (2003) “The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen’s Ideas on Capabilities”, *Feminist Economics*, 9(82-3): 301-317

Fernandes, M.; Mealha, R.; Mendes, R. (2016), *Beira, uma paisagem modernista na África Tropical*. Vol.8. Disponível: < https://sigarra.up.pt/fbaup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=161424> Acesso 12/07/21

Hallegette, S.; VOGT-Schilb, A.; Bangalore, M.; Rozenberg, J. (2017). *Unbreakable: Building the Resilience of the Poor in the Face of Natural Disaster*. Climate Change and Development Series. Washington, DC: World Bank. Doi:10.1596/978-1-4648-1003-9. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

Haq, M. (2008), The Humana Development Paradigm in Secondi, Giorgio, pp: 28-33

Heraclides, A.; Dialla, Ada. (2015), *Humanitarian Intervention in the long Nineteenth Century: Setting the precedent*. Manchester University Press. Disponível: < <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/31416>. Acesso 10/06/21

Hoegl, J., Fwaga, S., Manrique, M. e Stodart, V. (2019), *Real-time evaluation Mozambique: Tropical cyclones Idai and Kenneth*. IFRC. Disponível: <<https://www.alnap.org/help-library/real-time-evaluation-mozambique-tropical-cyclones-idai-and-kenneth>> Acesso 06/06/21

INE, (2019), Resultados Definitivos: Censo 2017, IV Recenseamento Geral da População e Habitação, Disponível:< <http://www.ine.gov.mz/>> Acesso 25/07/21

INGD. (2017). *Plano Diretor para a Redução e Risco de Desastres 2017-2030*. Conselho de Ministros. Maputo. Disponível em< <https://www.ingd.gov.mz/politicas-e-estrategias/>>

Kanbur, R. (2006), *The economics of international aid*, in *Handbook of the economics of giving, altruism and reciprocity* (Vol. 2. pp:1559-1558), edited by S. C. Kolm & J.M. Ythier, Elsevier

Klingebiel, S. (2014), *Development Cooperation: Challenges of the New Aid Architecture*, Palgrave Macmillan, UK

Matos, P. A.; Ndapassoa, A.M (2020). O ciclone Idai e os desafios da ajuda humanitária. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v.17. n.38.p.139-160, maio/ago.2020. Disponível em: <<http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/1819>. Acesso 11/08/2021.> Acesso : 30/08/21

Moyo, D. (2009), *Dead Aid: Why aid is not working and how there is a better way for Africa*, 1st ed, Farrar, Straus and Giroux New York. USA.

MICOA (2012) (Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental), *Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação Climáticas 2013-2025*. Maputo. Disponível: <<https://cgcmc.gov.mz/attachments/article/194/Estrategia%20Nacional%20de%20Adaptacao%20e%20Mitigacao%20das%20Mudancas%20%20Climaticas%20versao%20final.pdf>> Acesso: 05/09/21

Mussagy, I. (2019), *Avaliação do estado de implementação da resposta do Ciclone Idai à recuperação inicial na Província de Sofala*. Direção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/341960268_Avaliacao_do_Estado_de_Implementacao_da_Resposta_do_Ciclone_Idai_a_Recuperacao_Inicial_na_Provincia_de_Sofala> Acesso: 12/09/21

Newitt, Malyn (1995). *A History of Mozambique*. London, Hurst & Company.

Oikos, (2019), Relatório de Atividades e Contas 2019. Disponível: <<https://www.oikos.pt/apoiar-estes-projectos/item/118-relat%C3%B3rios-de-atividade>> Acesso: 11/09/21

ONU News (2021): Agências humanitárias em Moçambique relembram dois anos de ciclone Idai. Disponível: <<https://news.un.org/pt/story/2021/03/1744482>. >.

Oppenheimer, J (2006), *Moçambique na Era do Ajustamento Estrutural: ajuda, crescimento e pobreza*, Lisboa: IPAD

Pires, Raul (2019). *Moçambique: Breve história da fundação da cidade da Beira*. Disponível: <<https://maghrebmachrek.wordpress.com/2019/03/25/mocambique-breve-historia-da-fundacao-da-cidade-da-beira/>>

PNDU (2020), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2020-O desenvolvimento humano e o Antropoceno*. New York. Disponível : <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2020_overview_portuguese.pdf>

Riddell, Roger. (2007), *Does Foreign Aid Really Work?* Oxford University Press, UK.

Selemane, (2019). A economia Política do Corredor da Beira: Consolidação de um enclave ao serviço de Hinterland.

Serra, C.; Dondeyne, S.; Durang, T. (2012). *O meio ambiente em Moçambique: Notas para reflexão sobre a situação atual e os desafios para o futuro*. Maputo. Disponível:<<https://www.biofund.org.mz/wp-content/uploads/2017/03/O-Meio-Ambiente-em-Mocambique-2012-Serra-et-al.pdf>>Acesso: 15/09/2020

Summers, L.; Pritchett, L. (1993). *The American Economic Review. Vol.83, No.2* Papers and Proceedings of Hundred and Fifth Annual Meeting of the American Economic Association. Pp 383-389

Ticktin, M. (2014), *Transnational Humanitarianism, NY 10003.Vol.43*:Disponível: <https://www.researchgate.net/publication/280760094_Transnational_Humanitarianism.> Acesso em 22/03/21

Todaro, M.; Smith, C (2009), *Economic Development*, 3th ed, Pearson/Addison Wesley.

Wisner, B.; Blankie, P.; Cannon, T.; Davis, I. (2004), *At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability and Disasters*, London: Routledge.

WMO . (*World Meteorological Organization*)-N° 1264 (2021), *State of the Global Climate 2020*, Switzerland, SBN 978-92-63-11264-4. Disponível: <https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=10618pdf>

WMO, (2019). Reducing Vulnerability to extreme hydro-meteorological hazard in Mozambique after cyclone Idai. Disponível: <https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=6259>

ANEXOS

ANEXOS 1: ASSISTÊNCIA ÀS COMUNIDADES AFETADAS PELO CICLONE IDAI E KENNETH.

OIKOS	Assistência	Valor total	Beneficiários
Ação Humanitária. Resultado da ação humanitária	<ul style="list-style-type: none"> ○ Assistência Alimentar-Sofala (Ciclone Idai). Distribuição de alimentos e vouchers.	132 163,00€+75000,00€	80.000 +2500pessoas nos distritos de Dondo e Nhamatanda, Beira Sofala (Março-Julho,2019) Financiados pelo PMA, Camões, I.P (WFP)

Anexo 2: Tendências de evolução de desastres naturais em moçambique:2000-2019.

Ano	Tipo	Nome	Mortos	Feridos	Afetados	Desalojados	Total Afetados	Total Danos US\$
2000	Inundação		800		4500000		4500000	419200
	Tempestade	Eline, Gloria	17					1000
	Tempestade	Hudah	1	4		300	304	
	Tempestade		9			750	750	
	Tempestade		5		350		350	
2001	Inundação		79		549326		549326	36000
	Seca				100000		100000	
	Seca		9		600000		600000	
	Inundação				200000		200000	
2002	Inundação					500	500	
	Tempestade		3	17		4000	4017	
2003	Tempestade	Japhet	11	10	23000		23010	
	Inundação		4	3	100000		100003	
	Inundação		32		400000		400000	
	Inundação		2		15000		15000	
	Seca		9		119500		119500	
2005	Inundação				18825		18825	
	Seca				1400000		1400000	
	Inundação		16	12	20000	9000	29012	
2006	Terramoto		4	36		1440	1476	
2007	Inundação		29		285000		285000	71000
	Inundação		5			3500	3500	

	Tempestade	Favio	10	70	162700		162770	
	Seca				520000		520000	
	Inundação		20		113535		113535	100000
2008	Seca				500000		500000	
	Inundação		25		3500		3500	
	Tempestade	Jokwe	9	13	165000	55000	220013	20000
	Incêndio		49	23		3000	3023	
2009	Tempestade	Izilda		3	600	6500	7103	3000
	Inundação				6925		6925	
2010	Seca				460000		460000	
	Inundação		5		17000		17000	
2011	Inundação		11		30000		30000	
	Inundação				33946		33946	
	Tempestade		12					
2012	Tempestade	Irina	3	13	4945		4958	
	Tempestade	Funso	10		65000		65000	
	Tempestade	Dando	20		40000		40000	
2013	Inundação		119		240000		240000	30000
2014	Inundação		17	76	75910		75986	
	Inundação		5		300		300	
2015	Inundação		160		177645		177645	
2016	Seca				2300000		2300000	
	Inundação		16		6600		6600	
	Inundação		47		165000		165000	
	Tempestade		12	200		1500	1700	1500
2017	Tempestade	Dineo	7	102	750000		750102	17000
2018	terramoto		17		300		300	
	Inundação		11			77150	77150	5100
2019	Tempestade	Idai	603	1500	1500000		1501500	2000000
	Tempestade	Kenneth	45	94	400000		400094	230000
	Inundação		18					
	Inundação		10		63000		63000	
	Inundação		28	66	58000		58066	
2020	Seca				2700000		2700000	
	Inundação		2		8700		8700	
	Inundação		22		145000		145000	
2021	Tempestade	Eloise	11	15	481886		481901	
	Inundação				11410		11410	

Fonte: Centro de Pesquisa Epidemiológica de Desastres (CRED): EM-Data, adaptado pela autora

Anexo 3:

***GUIÃO DA ENTREVISTA AO COORDENADOR PEDRO MANUEL CRESPO, RESPONSÁVEL
PELA COORDENAÇÃO DA AJUDA HUMANITÁRIA DA OIKOS NA CIDADE DA BEIRA E
ARREDORES.***

Lisboa, 10 de Setembro de 2021

Ex.mo Sr. Pedro Manuel Crespo

Eu, Tracy Jamu, encontro-me neste momento a realizar uma investigação para a tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, sob orientação da Prof. Doutora Joana Pereira Leite.

Este estudo procura encontrar respostas para as seguintes questões: qual o Papel das ONGD na canalização da Ajuda.

Como instrumento de recolha de dados, o estudo sustenta-se uma pesquisa documental abrangente sobre a temática, mas também, utilizar-se-á a entrevista. Para tal, foi-lhe solicitada a sua colaboração neste projeto.

Agradecemos desde já a sua disponibilidade e colaboração

Com os mais respeitosos cumprimentos

1-Qual é o papel da OIKOS em Moçambique?

“Nas prioridades de atuação da Oikos em Moçambique constam o desenvolvimento rural e segurança alimentar, a formação de agentes de desenvolvimento comunitário, a capacitação de organizações comunitárias, o reforço institucional das autoridades locais, a reabilitação de infraestruturas locais e o reassentamento de populações

deslocadas.”

2-Qual foi o cenário que se verificou nos locais do desastre?

A OIKOS teve dois programas de Emergência às vítimas do Ciclone IDAI em locais diferentes e com ajudas diferentes também:

- Programa apoiado pelo Instituto Camões e a União Europeia;

Foram apoiadas famílias na zona urbana da Beira com um cabaz de diversos produtos de higiene pessoal, artigos de utilidade para o lar e um cabaz alimentar.

O cenário encontrado foi o de necessidade geral devido à destruição parcial de muitas das casas e fontes de rendimento habitual das vítimas.

- Programa de distribuição alimentar de Emergência;

Como parceiro integrado no programa geral de distribuição de Emergência do PMA-WFP, organizador e distribuidor de ajuda alimentar.

Aquando do Ciclone IDAI a OIKOS não tinha nenhum programa activo em SOFALA e por isso a sua opção foi a de participar neste programa em conjunto com a CEFA, uma ONG italiana mais bem implementada nos arredores da Beira, nomeadamente no Dondo e em Nhamatanda, locais onde se fizeram as distribuições. O cenário encontrado foi a de grande necessidade geral e a distribuição alimentar foi feita em forma de kits em determinados locais onde foi concentrada a população considerada elegível para receberem a ajuda.

3-A OIKOS faz o acompanhamento direto às comunidades, mesmo em emergência?

Os programas de Emergência são sempre curtos na duração e extensos nos beneficiários e é com dificuldade que se fazem seguimentos para além das distribuições dos bens. Esse objectivo foi conseguido sobretudo na Beira.

4-Quais são as preocupações das populações no terreno?

As preocupações que encontramos nas populações no terreno foram principalmente:

- Obter alimento para a família;

- Querer voltar a ter casa onde morar

5-Como é realizada a distribuição de bens e alimentos? ~

As distribuições são feitas em forma de kits a listas de beneficiários previamente selecionados.

5.1- E a forma de distribuição é equitativa?

Todas as distribuições foram feitas em forma de kits iguais para todos os beneficiários, mas variaram dentro de determinado local ou dia, por exemplo: A composição dos kits mensais fornecidos pelo WFP foi variando em cada mês de distribuição por terra e também por helicóptero.

6-A OIKOS teve dificuldades de acesso e segurança aos locais afetados?

Sim, claro. Duas das localidades tiveram que ser abastecidas por helicóptero e mesmo as que foram por via terrestre só o foram depois de desimpedidos alguns caminhos e de deixar secar um pouco as estradas. Normalmente o processo foi seguro, mas ocorreram alguns momentos de muita tensão entre os populares, particularmente entre os que não tinham o nome nas listas de beneficiários.

7- A OIKOS conseguiu alcançar todos beneficiários?

Sim, todos os beneficiários constantes nas listas que se fizeram presentes.

8-Existe uma coordenação entre a oikos e autoridades moçambicanas no processo de apoio a emergência? Se sim. Houve alguma dificuldade na coordenação com as autoridades locais?

O programa de distribuição alimentar foi gerido superiormente pelo WFP e o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades e todos os conflitos latentes ou efectivos que existiram com os populares e ou as autoridades locais foram resolvidos neste âmbito. As maiores dificuldades resultaram das acusações à forma como foram feitas as listas de beneficiários necessitados pelos líderes locais.

9-A capacidade de resposta da OIKOS é rápida? E que avaliação faz no âmbito da sua experiência no caso de ciclone Idai?

Sim, a capacidade de resposta da OIKOS e a sua capacidade de organização foram dois dos pontos mais importantes no terreno e foram a razão da sua participação.

Para mim pessoalmente, foi umas das experiências mais intensas e marcantes da minha vida e não tendo sido o primeiro caso de participação social ou comunitária, foi simultaneamente um enorme esforço, uma enorme honra e um enorme prazer.